

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16567 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

FRENTE MÓVEL DE AÇÃO EMPRESARIAL COMO ESTRATÉGIA DO  
EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Adriana Medeiros Farias - UEL - Universidade Estadual de Londrina

### **FRENTE MÓVEL DE AÇÃO EMPRESARIAL COMO ESTRATÉGIA DO EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**RESUMO:** A pesquisa concluída intitulada “Estado Ampliado e o Empresariamento da Educação Pública” estudou as formas de atuação burguesas na educação pública no Brasil e no estado do Paraná. A concepção ampliada de Estado é dentre as categorias de análise aquela que permitiu compreender a expansão e o aprofundamento da ação política das frações empresariais, por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs), na sociedade civil e na sociedade política, a partir dos fundamentos teórico-metodológicos marxistas e gramscianos. O fenômeno do empresariamento da educação foi estudado como parte do processo da subsunção da educação ao capital e da organização estratégica das Frentes Móveis de Ação Empresariais, nos diversos campos da educação. A pesquisa qualitativa fundamentada no materialismo histórico-dialético se apoiou na análise bibliográfica e documental, utilizando-se de fontes primárias e secundárias. Concluiu-se que as Frentes são estratégias e táticas que organizam os interesses mercantis das organizações, institutos e organizações sociais, com direção do Conglomerado de APHEs Lemann e Sócios, viabilizando a capilaridade e a organicidade para a formação do consenso nas ações do Estado restrito, na formulação e implementação das políticas educacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado ampliado. Frentes Móveis de Ação. Políticas Educacionais. Empresariamento.

A pesquisa concluída intitulada “Estado Ampliado e o Empresariamento da Educação Pública” apresenta como problemática central as formas de atuação da burguesia empresarial, por meio das ações dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs), na educação pública no Brasil e especificamente no território paranaense. O fenômeno do empresariamento da educação pública é compreendido como expressão do processo de subsunção da educação ao capital, na produção da hegemonia de projetos societários, visões de mundo, valores e ideias particulares, das frações empresariais da classe dominante, como se fossem universais. Frações estas que representam os interesses dos setores e ramos empresariais, dentre eles, industrial, rural, financeiro, banqueiro, saúde, entre outros. Parte das pesquisas a respeito do empresariado brasileiro, encontra-se na obra de Campos e Brandão (2019) que corrobora para alargar os estudos acerca

da história e da organização empresarial burguesa no Brasil.

Neste trabalho, o tema não é exposto como uma novidade, ao contrário, distante da matriz liberal de Estado, a pesquisa aborda os tensionamentos das relações entre capital e trabalho, no bojo da luta de classes, num determinado tempo histórico, considerando o movimento das relações sociais, na produção da sociabilidade do capital, no interior da sociedade civil e da sociedade política, ambas dialeticamente relacionadas tal como se delineou o constructo teórico ampliado de Estado, construído por Gramsci, ao longo de seus escritos.

O Empresariamento da educação é tratado metodologicamente como um dos complexos que constituem a totalidade da realidade educacional brasileira e, portanto, o estudo requer ir além da identificação e caracterização dos APHEs, em direção à apreensão do seu *modus operandi*. No campo da educação, os capitalistas e seus intelectuais orgânicos têm conquistado a hegemonia na aprovação das políticas educacionais e, a partir delas, aprofundado o consentimento dos subalternos e a adesão deles ao ideário empresarial. Para que isto se efetive, a participação diretiva dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais internacionais e nacionais tem sido fulcral, assim como a organização estratégica e tática das Frentes Móveis de Ação Empresariais na consecução dos seus objetivos (Gramsci, 2011, Fontes, 2010, Dreifuss, 1997).

A metodologia de pesquisa utilizada para compreender o problema exposto tem como concepção teórica o materialismo histórico dialético considerando a sua relevância para o processo de apreensão da realidade na captura do movimento dialético e de contradição, do qual o método de Marx (2011) proporciona. Ao pesquisador(a) cabe, não só o comprometimento com o estudo da realidade, mas com a sua transformação, portanto compreender a atuação burguesa para superar suas formas de dominação. A partir das bases teóricas e metodológicas, a escolha da pesquisa do tipo documental e bibliográfica foi a que melhor atendeu ao processo de investigação. No percurso metodológico, realizaram-se a identificação, seleção e categorização dos documentos entre fontes primárias e secundárias, quais sejam: leis, resoluções, decretos, pareceres, memorandos, editais, estatutos, acordos de cooperação técnica, termos de convênios, atas, relatórios, relatórios financeiros, guias, manuais, matérias jornalísticas e publicitárias, conteúdos dos canais do Youtube, material de apoio pedagógico, entre outros documentos mais específicos, além das informações extraídas das páginas eletrônicas das empresas, fundações, institutos, organizações sociais e dos aparelhos do Estado.

Evangelista e Shiroma (2019) explicam que a análise documental se desdobra para além do conteúdo discursivo do documento, ressaltam que o contexto histórico é relevante para a interpretação daquilo não está explícito no texto. “A documentação pode ser entendida como produto e expressão de conflitos

sociais, arena de luta, histórica; portanto, síntese de relações sociais concretas” (p.111).

A despeito da matriz liberal simplificadora da concepção de Estado, presente na maioria dos documentos, a análise do objeto de pesquisa se sustentou na ideia de política pública compreendida como “[...] produto e/ou resultado do embate entre forças/grupos sociais diversos, em disputa pela inscrição de seus projetos – visões de mundo – específicos junto a aparelhos do Estado em seu sentido estrito” (Mendonça, 1998, p. 24).

Tal concepção é relevante para explicitar a função que os APHs internacionais desempenham na produção do consenso de uma concepção de educação empresarial, gerencialista e no alinhamento das políticas educacionais dos países subalternos aos interesses do capital, sob o manto do discurso da equidade, da qualidade, do desenvolvimento sustentável, do empreendedorismo, ao mesmo tempo em que da supervalorização das metas de desempenho e das avaliações em larga escala.

No arcabouço teórico dos organismos multilaterais, a tese neoliberal da reforma do Estado ocupa parte considerável dos documentos. Neles se defende a premissa de que a educação pública só alcançará os objetivos de qualidade sob os preceitos da Nova Gestão Pública, centrada em linhas gerais, na ideia de que a empresa, como principal organização social, deve ter seu funcionamento reproduzido pelos sistemas de ensino. O ideário empresarial é incorporado aos marcos legais, às políticas governamentais, aos programas, projetos e ações, a partir das reformas administrativa, previdenciária, fiscal, educacional, conduzidas, em parte, pelos intelectuais orgânicos dos aparelhos privados em expansão no Brasil.

Fontes (2010) ao estudar o capital em sua forma imperialista destaca a relação direta entre capital e a expansão dos APHs, com destaque para os empresariais. Em sua obra a autora identifica uma malha de aparelhos no cumprimento da reprodução do capital e da conformação dos subalternos às formas de superexploração de novo tipo.

A pesquisa em discussão acerca do empresariamento da educação, aponta para a relevância da análise relacional, que captura a articulação entre os APHs. O que leva a compreensão da organização estratégia do empresariado brasileiro e de seus braços sociais em Frentes Móveis de Ação, partidos e Movimentos. Todos eles, multiplicaram e expandiram sua ação política territorial, assim como o cardápio de produtos e serviços para serem oferecidos ao poder público, apresentados como “soluções pedagógicas”.

A prestação de serviços em larga escala é facilitada pelo Marco Regulatório

das Organizações Sociais. Condição relevante para a participação dos agentes privados e empresas parceiras, na disseminação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as redes públicas de ensino no Brasil.

O estudo aprofundado da história, dos intelectuais orgânicos, ações e projetos da Fundação Lemann, Fundação Estudar e Ismart revelou uma malha associativa do empresariado no âmbito da sociedade civil. Analisada a partir das relações com outras organizações empresariais e entre elas, pode-se concluir de que não se tratava da atuação isolada da Fundação Lemann, mas da constituição do Conglomerado de APHs Lemann e Sócios, formados por uma malha de organizações, tal como *holdings* e conglomerados empresariais.

Os capitalistas mais ricos do Brasil e do mundo, Lemann, Teles e Sicupira, dirigem os interesses das frações empresariais, articulados com vários empresários(as), Moreira Salles, Marinho, Odebrecht, Gerdau-Johannpeter, Andrade e Gutierrez, Villela, Camargo, Setúbal, Senna, Miguel Kringsner, Seabra, Passos e Leal, Diniz, e, suas organizações sociais. A maioria delas reunidas no Grupo de Institutos e Empresas (GIFE) ou no Movimento Todos pela Educação, na direção do Movimento pela Base, no Movimento Pessoas à Frente, para citar algumas das Frentes. Da sociedade civil para a sociedade política, da sociedade política para a sociedade civil emanaram projetos empresariais de educação, incorporados aos marcos regulatórios, aos projetos de privatização, aos arranjos desenvolvimento, às políticas educacionais.

As formas de movimentação entre empresas, APHs e aparelhos do Estado ultrapassa a parceria público-privada, trata-se da complexificação das relações entre Estado restrito e APHEs, resultando na ampliação seletiva do Estado (Farias, 2023). A análise de três experiências paranaenses de seleção de gestores públicos para cargos comissionados na gestão pública educacional explicitou as formas de participação direta dos prepostos empresariais na gestão de políticas. Na pesquisa foram analisadas a seleção para os cargos de secretário de educação do município de Londrina (PR), de secretário regional de educação do Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná (Codinorp) e dos chefes dos Núcleos Regionais de Educação da Secretaria de Estado da Educação e Esportes do Paraná (SEED), todas elas foram cruciais para o entendimento do funcionamento da gestão gerencialista do Estado. Pode-se perceber a construção da hegemonia do ideário empresarial e sua adesão às políticas do governo paranaense, assim como a reprodução destas experiências em outros estados e municípios brasileiros.

O que se pode concluir é que estamos diante de uma configuração de um novo tipo de tensionamento e de disputa, por meio da ação articulada e capilarizada dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais. A análise do

Conglomerado de APHEs Lemann e Sócios corrobora para a compreensão das formas de dominação burguesas, em vários campos da educação na conformação das políticas educacionais. Nas palavras de Gramsci trata-se da “necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (2001, p. 15). O que pode ser feito estrategicamente com as Frentes Móveis de Ação Empresariais do currículo, gestão, plataformização, formação docente e gestora, financiamento, arranjos de desenvolvimento de educação, para citar algumas delas. Permanece o desafio da continuidade da pesquisa e do aprofundamento da análise das relações entre APHE, empresas e aparelhos do Estado, na produção de um tipo de educação que não coaduna com a educação pública, gratuita, laica, de qualidade social, com gestão pública e democrática, da qual defendemos.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. (Org.). **Dimensões do Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política.** Rio, Consequência, 2019.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** 5. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, G.; RUMMERT, S.M.; GONÇALVES, L. (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas.** Rio Grande: Editora da FURG, 2019, p. 83-120.

FARIAS, Adriana Medeiros. O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios na “seleção pública” de pessoas para a gestão educacional do Estado do Paraná. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 18, p. 1–27, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/20670>. Acesso em: 4 ago. 2023.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história:** EPSJV, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. O método da economia política. In: **Grundrisse**, São Paulo, Boitempo, 2011: Introdução, pp 39-64.

MENDONÇA, Sonia Regina. **História Pensar e Fazer:** 13-32, Laboratório Dimensões da História (LDH), Rio de Janeiro, 1998.